

Editorial

É com grande satisfação que abrimos o editorial desta edição da Revista Polis e Psique, anunciando que este periódico passou para B 2, dentro da área da Psicologia, a partir da última avaliação do Qualis Capes. Todos que estão envolvidos no trabalho de editoração de revistas científicas sabem o quanto é difícil iniciar e manter a publicação de um periódico, principalmente, quando os recursos por parte das agências de fomento e instituições públicas de ensino para tal são praticamente inexistentes. Por isso, o PPGPSI está muito feliz por ousar, em 2011, iniciar a publicação da Polis e Psique e ter conseguido manter e progredir na avaliação deste periódico. Nosso muito obrigado aos leitores, autores, pareceristas, conselho e equipe editorial pela colaboração nos dada até aqui.

Neste número 2 de 2017 da Revista Polis e Psique, além de publicarmos quatro artigos de submissão aberta, temos a satisfação de apresentar mais um dossiê da terceira edição do Evento “Temas em Debate”, organizado e promovido pelo Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) da UFRGS. Esta edição do “Temas em Debate” buscou discutir três importantes dimensões: Imagem e Ficção, Crise, Crítica e Clínica e os Sentidos da Experiência, promovendo um momento de diálogo, indagação e aprofundamento de tópicos considerados fundamentais para a qualificação de nossos futuros doutores e doutoras. Rosane Neves nos indica, na apresentação do presente dossiê, (formado por uma conferência e por seis artigos), a importância desta experiência compartilhada entre doutorandos, doutorandas, professoras e professores.

Os quatro artigos que publicamos no início desta edição tratam de temáticas bastante atuais e que tem sido discutidas na produção do conhecimento na área da Psicologia, mais especialmente da Psicologia Social. Embora tratando de tópicos diferentes, todos os artigos se fundamentam em uma perspectiva foucaultiana para debater questões relacionadas às políticas públicas, juventude, saberes educacionais, loucura, cidade e relações de gênero.

O primeiro artigo, “A lei em conflito com os jovens: problematizando políticas públicas”, de Andrea Cristina Coelho Scisleski, Maria Eduarda Parizan Checa, Bruna

Soares Bruno, Giovana Barbieri Galeano, Suyanne dos Santos e Ana Lígia Vitta, trata das diferentes lógicas de atendimento à população juvenil em conflito com a lei a partir da elaboração das políticas públicas nos diferentes momentos históricos do cenário brasileiro. Para isso, foram analisadas as legislações anteriores que atendiam a esses jovens, com ênfase nos códigos de menores de 1927 e 1979, apontando as diferenças de racionalidades entre os códigos e os dispositivos de continuidade de lógicas discriminantes atualmente ilegítimas, mas que ainda vigoram.

O segundo artigo, de Flavia Cristina Silveira Lemos, Vilma Nonato de Brício, Dolores Galindo e Ana Carolina Farias Franco, intitulado “Governamentalidade Liberal em Alguns Saberes Educacionais e Escolares Brasileiros”, apresenta algumas reflexões sobre as práticas de governo na educação liberal brasileira e a organização do sistema escolar sob a perspectiva da governamentalidade durante o século XX. A discussão aponta que a educação, nessa perspectiva, transforma-se em um aparato de governamentalidade que constrói discursos e visibilidades que subjetivam os sujeitos de diferentes formas.

O terceiro artigo, “Intermitências Infames: Loucura e Alteridade na Cidade Aberta”, de Mario Cesar Carvalho de Moura Candido e Maria Cristina Campello Lavrador, é produto de uma parceria cotidiana junto a moradores de residências terapêuticas, ex-internos de um hospital psiquiátrico da região metropolitana de Vitória-ES. As discussões sobre esta experiência abrem uma reflexão que visa situar alguns dos atuais desafios da luta antimanicomial, bem como incitar um processo de renovação e ampliação da vida em suas dimensões políticas de criação compartilhada.

Por último, o artigo “Uma análise das construções de gênero na jurisprudência alagoana” de Larissa de Moura Cavalcante, Carlysson Alexandre Rangel Gomes e Lisandra Espíndula Moreira, busca compreender como as questões de gênero aparecem nos casos de violência contra a mulher na jurisprudência em Alagoas, por meio de documentos acessados no site do Tribunal de Justiça do estado. A discussão realizada se centra em dois eixos que contemplam os principais pontos encontrados na jurisprudência: 1) Vítima e agressor: subvertendo categorias de gênero através das

decisões judiciais; 2) Loucos e santos: construção da identidade masculina e feminina por meio dos saberes psis.

Desejamos uma boa leitura e, mais uma vez, agradecemos a todos que tem colaborado com o periódico Polis e Psique. Esperamos poder contar sempre com a colaboração de vocês, seja como autores, leitores ou pareceristas.

Neuza Guareschi – Editora Gerente
Renata Kroeff – Editora Assistente
Cristiano Hamann – Editor Assistente